



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17879 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

O ENSINO DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?

Conceição Lira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Eliana Borges Correia de Albuquerque - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

O ENSINO DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES?

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que se encontra em andamento, desenvolvida na rede pública do município de Jaboatão dos Guararapes com professoras que atuam na Educação da Infantil em turmas da Pré escola (crianças de 4 e 5 anos).

Para fundamentar as nossas discussões, apoiamo-nos em perspectivas teóricas que buscam contribuir com o trabalho voltado à escrita na Educação Infantil (BRANDÃO; LEAL, 2010; MORAIS, 2012; SOARES, 2016), como também nas discussões sobre o uso do livro didático na Educação Infantil (ALBUQUERQUE; FERREIRA, 2021; BRANDÃO; SILVA, 2017; MORAIS, 2019).

Buscamos responder às seguintes questões: de que maneira os professores da Educação Infantil trabalham a linguagem escrita em suas práticas cotidianas? O que os docentes pensam sobre a chegada dos livros didáticos em suas turmas? Nosso interesse de pesquisa se voltou para uma escuta aos professores que atuam nos dois últimos anos da Educação Infantil. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é compreender como a escrita é trabalhada em turmas da pré-escola na rede municipal de Jaboatão dos Guararapes (PE) e quais recursos didáticos são utilizados pelos professores no trabalho com a leitura e a escrita em suas práticas cotidianas.

Destacamos que os estudos que deram origem a este trabalho envolvem uma abordagem qualitativa. Para produção dos dados, foi elaborado um questionário que teve por título “*A Escrita no Cotidiano da Educação Infantil: entre o prescrito e o real*” composto por quatro seções: a primeira seção estava relacionada aos dados pessoais dos professores; a segunda continha questões sobre os documentos oficiais da educação infantil e sobre o campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”; a terceira seção abordava questões de natureza teórica e a última seção continha perguntas relacionadas aos materiais didáticos usados pelos docentes em suas práticas. O questionário, desenvolvido na plataforma Google Form, foi elaborado com questões abertas e fechadas. O link do questionário foi encaminhado aos 15 Centros de Educação Infantil (CEMEIs) da rede municipal de Jabotão dos Guararapes, ficando aberto por 25 dias. Tivemos um total de 43 respostas. Neste trabalho serão discutidos dados de duas seções: da segunda, que aborda sobre os documentos oficiais da Educação Infantil e o campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”, e da última que se refere aos materiais didáticos utilizados pelos professores. Os dados gerados a partir desses procedimentos foram tratados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Onde fica a escrita na Base Nacional Comum Curricular?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, tem como norte as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), apontando como eixos estruturantes as interações e a brincadeira. O referido documento apresenta seis direitos de aprendizagem - conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se – e está estruturado em cinco campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; e escuta, fala, pensamento e imaginação. O documento ressalta que a divisão por faixa etária não deve ser considerada de forma rígida, devendo-se respeitar os ritmos de aprendizagem das crianças.

Ao analisarmos a BNCC, encontramos objetivos com ênfase em leitura, reconto, escrita espontânea, e escrita tendo o professor como escriba. Assim, as facetas interativa e sociocultural (Soares, 2016), relacionadas ao letramento, estão significativamente contempladas nesse documento. Contudo, com relação à faceta linguística, chegamos à conclusão de que ainda há ausência de objetivos que explicitem o trabalho com o sistema de escrita alfabética, não com o propósito de alfabetizar as crianças, mas de possibilitar a reflexão sobre alguns dos princípios que caracterizam esse sistema (Morais, 2019). Não encontramos, por exemplo,

objetivos associados ao reconhecimento de letras, e ao trabalho com os nomes das crianças ou outras palavras significativas.

Essa lacuna do documento com relação à faceta linguística não ocorreu por acaso, é fruto da falta de consenso do que se deve trabalhar com relação à língua escrita nessa etapa de ensino. Isso colabora para a permanência, nos espaços educativos, de práticas em que se priorizam cópias de letras e exercícios repetitivos ou em que é ausente o trabalho com a língua escrita, tendo em vista que os docentes permanecem sem ter uma clareza de que aspectos da escrita devem ser trabalhados com crianças da pré-escola. A esse respeito, concordamos com Brandão e Leal (2010) e Moraes (2012), que defendem que as crianças da Educação Infantil podem aprender alguns princípios do sistema alfabético, dentro de uma perspectiva lúdica, respeitando a infância e suas peculiaridades. Defendemos a integração entre letramento e alfabetização, ou seja, a possibilidade do aprendizado do sistema de escrita alfabético, bem como o desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em práticas sociais.

Consideramos que existe um descompasso entre o prescrito e o real. Se, por um lado, percebemos a invisibilidade da escrita alfabética nos documentos normativos da Educação Infantil, como foi visto na análise da BNCC, por outro, práticas de ensino da escrita com ênfase na memorização e cópia de letras e padrões silábicos se fazem presentes em turmas da pré-escola de escolas públicas do nosso país. A partir de 2022, tais práticas foram fortalecidas por meio da distribuição de livros didáticos do PNLD 2022, voltado para a Educação Infantil, livros estes que, para serem aprovados, precisavam estar em consonância com a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019).

2.2 A Política Nacional Alfabetização (PNA) e a distribuição de Livros Didáticos na Educação Infantil em contexto nacional

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi estabelecida por meio do decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Cabe destacar que essa política não foi debatida no meio educacional, sendo imposta por um governo antidemocrático. Entre pesquisadores e educadores houve muitas críticas ao decreto, pois ela, ignorando as pesquisas na área desenvolvidas em nosso país, impunha um único método de alfabetização e concebia a pré-escola como etapa preparatória para o ensino da leitura e da escrita que deveria ocorrer no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Com a posse do novo governo em 2023, em 12 de junho do mesmo ano a PNA foi revogada por meio do decreto Nº 11.556 e foi estabelecido o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Este programa, diferentemente da política anterior, que feria a autonomia docente e instituía o método fônico como único método de

alfabetização, se baseia na “ ... pluralidade de métodos pedagógicos” como dito (Art. 29 I-) e no respeito às singularidades, como podemos ver no Art. 10.

Art. 10. O Compromisso será implementado pelo Ministério da Educação, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio de estratégias de atuação destinadas à melhoria da qualidade da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e ao combate às desigualdades de aprendizagem, respeitadas as singularidades de cada um desses segmentos da educação básica (Brasil, 2023).

Ao analisarmos o decreto que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, vemos que, diferentemente da PNA, a Educação Infantil não é concebida como etapa preparatória para o ensino fundamental. Embora não esteja mais em vigor, a PNA deixou marcas que se fazem presentes em instituições de ensino do nosso país.

Com relação à Educação Infantil, a PNA prescrevia uma série de habilidades que as crianças precisariam adquirir para se “preparar para a alfabetização”. A escrita era concebida como um código e, por meio de argumentos frágeis, sem comprovação em pesquisas, ela impunha o método fônico como o melhor para alfabetizar as crianças. Como uma das ações da PNA, foi publicado o edital n.º 02/2020 do PNLD 2022 que instituiu, sem debate, livros didáticos para a Educação Infantil em contexto nacional. Dessa forma, por meio do Programa Nacional do Livro e do material Didático (PNLD), os municípios passaram a escolher e receber, desde 2022, livros didáticos para a Educação Infantil.

Albuquerque e Ferreira (2021) sinalizam retrocessos na PNA, pois além da defesa do método fônico, ela propôs mudanças na “concepção de professor - que passa a ser visto como mero executor de propostas previamente elaboradas por editores e autores de materiais didáticos - e de livro didático, que volta a ser visto como regulador das práticas docentes” (Albuquerque e Ferreira, 2021, p.33). As autoras deixam claro que os livros didáticos não devem tirar a autonomia dos professores.

Como já dito, a PNA concebia a Educação Infantil como uma preparação para o ensino fundamental e, dessa forma, o edital do PNLD 2022 apresentou, pela primeira vez, livros didáticos destinados às crianças da pré-escola (4 e 5 anos), que deveriam estar alinhando à Política Nacional de alfabetização, propondo um trabalho voltado para a preparação das crianças para a alfabetização com foco em exercícios de coordenação motora, discriminação auditiva e visual, e na memorização das correspondências entre grafemas e fonemas.

A presença de LDs na Educação Infantil é uma questão polêmica, mas não é recente pois esse recurso didático vem sendo utilizado nas redes privadas e em algumas redes municipais que compravam LDs antes do PNLD 2022, como foi

visto na pesquisa realizada por Silva (2019). Brandão e Silva (2017), ao analisarem o uso desse recurso na Educação Infantil, chamam a atenção para o fato de que, antes de adotar ou não LDs nessa etapa escolar, é preciso refletir sobre a qualidade e as concepções que esses recursos carregam. Os referidos autores argumentam, também, que esses materiais podem contribuir para a padronização e o empobrecimento de experiências, reduzindo também a autonomia do professor.

Consideramos que o edital do PNLD 2022 e a chegada dos LDs para a Educação Infantil seguem na contramão das últimas pesquisas do campo, que defendiam a perspectiva do letrar e alfabetizar, bem como dos programas formativos, como por exemplo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, que oportunizava a autonomia docente, oferecendo materiais de estudos sistemáticos e oportunidades para que os professores planejassem coletivamente boas práticas de ensino. Nesse contexto de mudanças nas propostas de formação de professores por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, pretendemos investigar as marcas deixadas pela PNA, entre elas o uso dos livros didáticos com crianças da pré-escola, que ainda serão distribuídos até 2025, já que o PNLD 2022 estabeleceu a escolha e distribuição de livros no período de 2022 a 2025. Pretendemos, portanto, responder às seguintes questões: o que os professores pensam sobre a chegada dos livros didáticos em suas turmas da pré-escola? Que usos eles fazem desse material em suas práticas de ensino da leitura e da escrita?

2.3 O que dizem os professores sobre os livros didáticos na Educação Infantil?

Buscamos com esta pesquisa compreender como os professores da Pré-Escola trabalham a leitura e a escrita e quais os recursos didáticos são utilizados por eles em suas práticas de ensino. Como dito anteriormente, neste trabalho selecionamos duas seções do questionário que faz parte da pesquisa maior para análise: uma que aborda sobre os documentos oficiais da educação infantil e o campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”, e outra que se refere aos materiais didáticos utilizados pelos professores.

Ao serem questionadas sobre como trabalham com o campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação” em suas práticas cotidianas, as professoras fizeram referências tanto a atividades voltadas para o letramento, como a contação de história (21), a leitura de textos (12), o trabalho com textos da tradição oral (músicas, parlendas, trava-línguas, poemas); como para a alfabetização, destacando a escrita espontânea (19), a escrita do nome (20), o trabalho com o alfabeto (17) e com letras (12), dentre outras. Assim, diferentemente da omissão que a BNCC faz com relação ao campo da alfabetização, nas práticas

das professoras que responderam ao questionário da nossa pesquisa, observa-se o desenvolvimento de atividades voltadas para o ensino da escrita, com foco no trabalho com as letras e na escrita dos nomes das crianças. Apenas uma professora fez referência ao desenvolvimento da consciência fonêmica.

Quanto aos recursos utilizados no trabalho com a leitura e a escrita, as professoras indicaram utilizar diferentes recursos, alguns voltados para o letramento (como os livros de literatura), e outros para a alfabetização, como o uso do alfabeto móvel (12) e atividades em folhas de papel (10).

Sobre o que pensam as docentes em relação ao uso do livro didático na pré-escola, do total de docentes que responderam ao questionário (43), 12 afirmaram que não utilizavam esse recurso, 28 consideraram que ele é um recurso “bom, importante, ótimo”. Apenas 3 professoras apontaram que se trata de um material desnecessário, pois foge do foco da Educação Infantil. Quatro professoras argumentaram que apesar de acharem importante trabalhar com livros didáticos, não gostaram do livro que receberam do PNLD 2022, sugerindo que ele poderia ser melhor organizado. O livro didático utilizado na rede de ensino de Jaboatão dos Guararapes é o *Porta Aberta*, de Carpaneda (2020). Paz, Silva e Albuquerque (2023), ao analisarem esse livro, observaram que

Os princípios que norteiam as propostas do livro didático *Porta Aberta: volume 2* refletem os conteúdos veiculados pela PNA no que diz respeito ao ensino transmissivo das letras e à percepção da Educação Infantil como uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental.

No que se refere a outros suportes, além do livro didático, utilizados pelas docentes para o trabalho com a escrita, 29 professores responderam que utilizavam atividades com lápis e papel, sendo estas realizadas em cadernos ou em atividades xerocadas. As demais professoras citaram leitura de livros literários, pesquisa com rótulos, brincadeiras dirigidas, alfabeto móvel, sequência didáticas e fichas dos nomes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados indicou que mesmo a BNCC sendo omissa com relação ao trabalho com a faceta linguística da alfabetização (Soares, 2016), os professores, em suas práticas trabalham, com aspectos da alfabetização de diferentes formas, usando fichas dos nomes, atividades xerocadas, alfabeto móvel e livro didático.

Um achado relevante do estudo foi que o recurso mais utilizado pelos professores que responderam à pesquisa foi o livro didático. A maioria dos docentes considera esse um recurso importante, bom e ótimo de ser trabalhado

com as crianças. Apenas três professores teceram críticas a este recurso. Apesar de revogada em 2023, a PNA continua presente nas práticas docentes por meio, entre outros aspectos, do uso dos livros aprovados no PNLD 2022, que ainda será distribuído para as escolas públicas em 2025.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana; FERREIRA, Andrea Tereza Brito (Org.). *Práticas de Alfabetização: o lugar dos livros didáticos na organização do trabalho docente*, v.1. Curitiba: CRV, 2021. p. 207-224.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves; SILVA, Alexandre. *O ensino da leitura e escrita e o livro didático na Educação Infantil*. *Educação*, v. 40, n. 3, p. 440-449, 2017. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.23852>
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves; LEAL, Telma Ferraz. *Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa?* In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester C. *Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 13-31.
- BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a *Política Nacional de Alfabetização*. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 70A, p. 15, 11 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2023.
- BRASIL. *Guia do Livro Didático/PNLD 2022*. Brasília, DF: MEC, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: SEB/MEC, 2017.
- CARPANEDA, Isabella. *Porta aberta: pré-escola I. Volume II*. São Paulo: FTD, 2020.
- MORAIS, Artur Gomes. *Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) Imposta pelo MEC através de decreto em 2019*. *Revista Brasileira de Alfabetização – Abalf*, v. 1, n. 10, p. 66-75, 2019. <https://doi.org/10.47249/rba.2019.v1.357>
- MORAIS, Artur G. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- PAZ, Debora Djully Gomes; SILVA, Maria da Conceição Lira; e ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia. *Livro didático na educação infantil: o que dizem as professoras que fazem uso do Porta Aberta (PNLD 2022)* *Revista Linha Mestra*, v. 17, n. 50, p. 286-300, maio/ago. 2023 ISSN 1980-9026
- SILVA, Maria da Conceição Lira da. *Leitura e escrita na Educação Infantil: práticas de ensino de professoras participantes do curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.
- Palavras-chave:** Educação Infantil; Leitura; Escrita; Livro Didático

